

Critérios de noticiabilidade, fontes e discursos: como as notícias sobre drogas são no contexto brasileiro?

Patrícia Bandeira de Melo & Neide Queiroz de Andrade

Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média (LIACOM) / Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) / Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

pbmelo@escs.ipl.pt / neide.qandrade@ufpe.br

Resumo

Este artigo investiga a cobertura jornalística sobre drogas no contexto brasileiro a partir de análises do discurso e de conteúdo. Com um corpus composto por 100 notícias extraídas dos jornais brasileiros Diário de Pernambuco, JC Online e Folha de Pernambuco, identificámos que as fontes oficiais, associadas à perspectiva proibicionista e representadas pelas polícias Civil e Militar, predominam nas reportagens, enquanto fontes relacionadas ao enfoque antiproibicionista são silenciadas na maioria das publicações. O silenciamento é mais evidente quando observamos os tipos de discurso (Marcuschi, 1991), nos quais, mesmo as vozes de oposição às

fontes oficiais são também vozes caracterizadas como enunciadoras de discursos de poder. Dessa forma, os discursos populares representam uma minoria silenciada nas narrativas da imprensa sobre drogas. Ademais, a questão das drogas é, em sua maioria, abordada sob o prisma da segurança pública, em detrimento de debates sobre saúde e assistência social. A análise dos dados revela que essa cobertura reflete um arbitrário cultural (Bourdieu & Passeron, 1992), que legitima a política proibicionista, evidenciando o silenciamento de abordagens alternativas.

Palavras-chave: Jornalismo, Construção de Notícias, Valores-notícia, Análise do Discurso, Análise de Conteúdo, Drogas.

Newsworthiness criteria, sources, and discourses: how are drug-related news in the brazilian context?

Abstract

This article investigates the media coverage of drugs in the Brazilian context using discourse and content analysis methods. The corpus comprises 100 articles extracted from the Diário de Pernambuco, JC Online, and Folha de Pernambuco Brazilian newspapers, in which we found that official sources, associated with the prohibitionist perspective and represented by the Civil and Military Police, dominate the reporting, while sources reflecting an anti-prohibitionist stance are silenced in most news. The silencing becomes even more pronounced when examining the types of discourse (Marcuschi, 1991), as

even oppositional voices against official sources are also framed as enunciators of power discourses. Thus, popular discourses represent a silenced minority within media narratives on drugs. Furthermore, the drug issue is mostly approached from a public security perspective to the detriment of debates on health and social assistance. Data analysis reveals that this coverage reflects a cultural arbitrariness (Bourdieu & Passeron, 1992), which legitimizes prohibitionist policy and highlights the silencing of alternative outlooks.

Keywords: : Journalism, News Construction, News Values, Discourse Analysis, Content Analysis, Drugs.

Data de submissão: 2025-07-16. Data de aprovação: 2026-04-27.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

A política proibicionista de drogas é um problema global. A Agência da Organização das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), estima que, em 2022, 6,9 milhões de pessoas acederam o sistema de justiça criminal em contato formal com a polícia devido a crimes relacionados a entorpecentes; 2,7 milhões foram processadas por crimes vinculados a narcóticos e 1,7 milhões foram condenadas. A maioria (43%) recebeu sentença de encarceramento. Nos crimes associados a drogas, a maioria das pessoas cumpriu pena por até um ano ou entre um e cinco anos (cerca de 45%, cada). Já no que diz respeito ao tráfico de drogas, as pessoas que cumpriram até um ano foram cerca de 30% e de um a cinco anos, 50%.

Neste cenário internacional, a política de drogas do Brasil foi eleita a pior do mundo (Harm Reduction Consortium, 2021). O ranking explorou assuntos como a impunidade da violência policial e o acesso à política de redução de danos (RD), que prevê técnicas para tornar o uso de drogas menos nocivo, como a substituição gradual de substâncias mais danosas por outras menos prejudiciais. Campos (2021) considerou que uma das razões para esse resultado foi a Lei de Drogas brasileira (Lei 11.343/2006), que deixa margens para diversas interpretações e que faz, muitas vezes, emergir o racismo estrutural no sistema de justiça criminal brasileiro: ao não definir uma quantidade para o “uso” e para o “tráfico” de drogas, a interpretação das ocorrências passa apenas pelo crivo do agente da justiça criminal. E, uma vez que o tráfico é um crime passível de prisão e o uso, não, isso contribui, no Brasil, para o encarceramento em massa de pessoas pretas e pobres por crimes relacionados a entorpecentes¹.

Antes de a lei entrar em vigor, em 2006, os encarcerados por drogas representavam 13% da população carcerária. Em 2021, perfaziam 30%, revelando que essa nova política fez crescer o encarceramento brasileiro (Campos, 2021). Nesse contexto, o Estado de Pernambuco destaca-se por seu histórico pioneiro no desenvolvimento de políticas de drogas, o que nos levou a centrar a nossa investigação na cobertura jornalística sobre drogas nesta região. Nos anos 2000, o Recife, capital pernambucana, desenvolveu o Programa Mais Vida, que produziu experiências pioneiras nas políticas de drogas nos eixos de saúde mental e assistência social para o município (West, 2016).

Em 2015, com a mudança de gestão municipal, a então Secretaria de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (Secod) da Prefeitura do Recife (posteriormente renomeada para Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas) publicou um edital para firmar convênios com Comunidades Terapêuticas (CTs), permitindo que pessoas atendidas pela Secretaria fossem encaminhadas a essas instituições, com os custos cobertos pelo município. A iniciativa gerou críticas, pois as CTs adotam exclusivamente a abstinência de consumo e práticas espirituais como abordagem, divergindo da política de RD implementada pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)², construída com a participação da sociedade civil e do poder público.

Ademais, a maioria das CTs é gerida por entidades religiosas, predominantemente evangélicas, e segue um modelo de internamento que promove o afastamento dos usuários das suas redes de sociabilidade, aproximando-se de práticas manicomial. Destacamos esse embate para observar uma disputa que se formou dentro da própria gestão municipal: de um lado, a defesa antimanicomial e da redução de danos pelas secretarias de Saúde e de Desenvolvimento Social; do outro, a defesa da abordagem manicomial e de abstinência das comunidades terapêuticas e da Secod.

1. Apesar de, em 2025, o STF ter determinado que a quantidade de até 40g de maconha ou seis plantas fêmeas (as principais fontes para consumo medicinal ou recreativo) caracteriza “uso” e não “tráfico” de drogas, a questão não se encerra, uma vez que as outras drogas não receberam essa categorização, continuando a depender da interpretação e subjetividades dos profissionais do Sistema de Justiça Criminal. A jurisprudência traz margens para interpretação do agente de justiça, ao afirmar que, em caso de evidências de distribuição, será considerado tráfico mesmo com uma quantia menor do que 40g. A resolução do STF não define o que são esses indícios. Ressalte-se que a decisão do tribunal foi posterior ao período analisado neste artigo.

2. O SUS é o sistema público de saúde do Brasil, de acesso universal, gratuito e integral a todos os residentes no país.

Isso evidencia a relevância de analisar a cobertura sobre drogas realizada pela imprensa pernambucana, no nordeste brasileiro, objeto deste artigo. No contexto do Brasil, há disputas consolidadas entre proibicionismo e antiproibicionismo na política de drogas³. Nosso objetivo é identificar se essas disputas travadas no campo são encontradas na cobertura sobre drogas ou se, ao contrário, apenas certos discursos têm espaço nos media, legitimando determinadas fontes jornalísticas para falar sobre o assunto.

Assim, a questão central que norteia este artigo é *como são as notícias sobre drogas nos jornais analisados?* Para responder a esse questionamento, aplicamos os métodos de análises do discurso (AD) e de conteúdo (AC) sobre as reportagens coletadas nos três portais de notícia do Estado: Diário de Pernambuco (DP), Jornal do Commercio (JC) e Folha de Pernambuco (FP), nos meses de abril e maio de 2021⁴. Para tal, discutimos a análise de conteúdo a partir de estudos de Bauer e Gaskell (2002), Bardin (2016), Carvalho (2000), Orlandi (2001, 2007), Foucault (2014) e Marcuschi (1991), bem como estudos recentes, como os de Reynolds (2018), Bezerra (2020) e Medeiros et al. (2024). Esses autores ajudam a elucidar questões como a relevância da transparência dos métodos de codificação, a necessidade de observar a representação mediática tendenciosa de grupos com poderes desiguais, o conseqüente silenciamento de determinadas fontes e a aplicação das AD e AC para desvelar relações de poder e ideologias, ou seja, estudar narrativas que constroem e fortalecem determinados sentidos enquanto enfraquecem outras possíveis significações.

Para a construção do *corpus*, fizemos uma busca do termo “droga” e seus equivalentes de sentido nos textos jornalísticos do período selecionado e separámos as notícias a serem analisadas. Recorremos a uma janela temporal em que os três jornais dispunham simultaneamente de arquivos de notícias, o que nos permitiu realizar o cotejamento no mesmo período. Com o exame de cada jornal, desenvolvemos uma análise comparativa que evidenciou a legitimação de fontes oficiais (Marcuschi, 1991; Melo, 2003). Apesar da grande presença de atores sociais, por exemplo, movimentos sociais e acadêmicos na política de drogas, constatámos o arbitrário cultural (Bourdieu & Passeron 1992) expresso pela prevalência de uma narrativa proibicionista sobre a política de drogas que se passa como único discurso válido e possível, legitimando as ações das polícias e da justiça em relação às prisões por drogas. Tudo indica que os media e o sistema de justiça criminal refletem as crenças uma da outra, reforçando imagens estereotipadas das drogas (Taylor, 2008), num discurso legalista de que a lei não deve ser questionada.

Também identificámos o emprego da construção como critério de noticiabilidade ou valor-notícia, pela disponibilidade, pelas assessorias de imprensa, de materiais que ajudam na produção da notícia, como fotografias, vídeos, *press releases* ou disponibilização de fontes para entrevistas (Traquina, 2008), fazendo com que factos de menor impacto ocupem espaços nos media por exigir menos recursos das empresas de comunicação. Isso contribui para explicar o esforço das assessorias de imprensa das polícias Civil e Militar⁵ em construir uma narrativa sobre drogas e a fragilidade da imprensa brasileira em cumprir o seu papel investigativo, mostrando a vulnerabilidade das pessoas ao tráfico e ao consumo de entorpecentes.

Para analisar o *corpus* selecionado, este artigo está dividido em cinco tópicos, além desta introdução. Na parte a seguir, apresentamos o referencial teórico-metodológico que norteia o texto. Discutimos conceitos como os problemas centrais nas teorias do jornalismo e de critérios de noticiabilidade ou valores-notícia (Traquina, 2008), notícia e sua construção (Alsina, 2009) e fontes jornalísticas e seus tipos (Lage, 2014; Marcuschi, 1991). Alguns conceitos sociológicos se mostraram fundamentais em

3. Reportagem publicada no portal de notícias Marco Zero Conteúdo discute as disputas políticas na política de drogas em Pernambuco: “Edital para financiar comunidades terapêuticas fere legislação e transparência, alerta conselho”. <https://marcozero.org/edital-para-financiar-comunidades-terapeuticas-fere-legislacao-e-transparencia-alerta-conselho/>.

4. A investigação foi produzida no âmbito do [nome do Programa de Pós-Graduação], entre 2020 e 2023.

5. No Brasil, a segurança pública é realizada, em sua maior parte, por estas duas polícias, subordinadas ao governo de cada Estado.

nosso estudo, nomeadamente os conceitos bourdieusianos de campo social, *habitus*, capitais cultural e simbólico, violência simbólica, intermediário cultural e arbitrário cultural (Bourdieu, 2013, 2017, 2018; Bourdieu & Passeron, 1992).

No terceiro tópico, delineamos como a questão das drogas vem sendo abordada na imprensa brasileira, a partir de alguns estudos já realizados por Melo et al. (2011), Rocha e Silva (2016), Reis et al. (2017), Montenegro et al. (2021a, 2021b), Oliveira (2021), Ferreira (2022), Silva e Ferreira (2023), Rignoni Filho (2023) e Amorim (2024), bem como exemplos internacionais, tais como Portugal (Barbosa, 2021) e Estados Unidos (de Benedictis-Kessner & Hankison, 2022). No tópico seguinte, analisamos os dados, no qual constatamos que as notícias sobre drogas apresentam um discurso construído, basicamente, por fontes oficiais das polícias estatais, na imprensa pernambucana. Além disso, os conteúdos jornalísticos são produzidos, em grande parte, pelas assessorias de comunicação das polícias. Isso gera uma abordagem problemática de que drogas são “um caso de polícia”, uma vez que não foram encontrados, em proporção parecida, abordagens focadas nos eixos temáticos (Medeiros et al., 2024) saúde ou assistência social. Pelo contrário, as notícias sobre entorpecentes, além de serem restritas ao enfoque de segurança pública, são dominadas pelas fontes policiais, com pouca incidência de fontes como especialistas independentes, movimentos sociais e fontes externas aos governos.

Com base nesses achados, fazemos as considerações finais, destacando a necessidade de responder à questão de *por que as notícias são como são?* e analisar o ponto de vista dos jornalistas nas redações em estudos posteriores. Pudemos, porém, constatar que a cobertura mediática brasileira se foca de forma desproporcional em noções reducionistas sobre as drogas, desvalorizando um discurso holístico sobre a questão.

Referencial teórico-metodológico

Como as notícias são? Essa pergunta norteia os estudos das teorias clássicas do jornalismo (Sousa, 2005; Traquina, 2008). Desdobramos a questão para *como as notícias sobre drogas são nos jornais analisados?*, e a partir dela desenvolvemos a metodologia deste estudo, que envolveu análise de conteúdo e do discurso. Iniciámos com uma busca temática pela palavra “droga” e outras expressões do mesmo campo semântico nos textos jornalísticos do período selecionado e separamos as notícias a serem observadas. No JC Online, foram 22 publicações selecionadas; no portal Folha PE, 37 textos jornalísticos; e, no portal Diário de Pernambuco, 41 publicações encontradas.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), a AC é um método para observar a estrutura do texto como método de análise social, já que um *corpus* representa a expressão do escritor. Neste sentido, na AC, identificámos categorias contáveis como a frequência de palavras, de fontes, seus tipos, fizemos agrupamentos semânticos entre os vocábulos para destacar os assuntos mais falados e, de maneira quantitativa, desenhar um mapa do *corpus* para caracterizar como as notícias são. Com base em Bardin (2016), fizemos uma análise de discurso do tipo “da expressão” e “da enunciação”, observando o vocabulário, os sujeitos e as condições de produção do discurso. Essas análises foram feitas a partir da leitura e agrupamento das categorias como “grupos semânticos”, “fontes jornalísticas utilizadas”, “fontes jornalísticas entrevistadas”, “assinatura das reportagens”⁶ etc.

A AC nos permitiu realizar uma análise do discurso mais robusta, problematizando, especialmente, a elevada presença de fontes policiais e o decorrente discurso de poder, assim como a quase nulidade de discursos populares e fontes sem vínculo oficial, levando-nos a questionar sobre o silêncio como formador do discurso (Orlandi, 2007). Nas AC e AD do *corpus*, separámos as categorias que permitiram identificar e contabilizar as frequências das narrativas das fontes jornalísticas utilizadas segundo

6. Autoria das reportagens.

seus tipos, os tipos de discurso (Marcushi, 1991), a forma como o tema das drogas era abordado nas narrativas, segundo a forma microtextual proposta por Van Dijk (1988 conforme citado em Carvalho, 2020), e os créditos de autoria das reportagens. Com a verificação das frequências, identificamos as fontes legitimadas para ocupar espaços na imprensa e as que, na maioria das vezes, são deslegitimadas.

Posteriormente, caracterizamos os valores-notícia das publicações e problematizamos teoricamente o conceito (Traquina, 2008). O objetivo de identificar e analisar os critérios de noticialidade é desnaturalizar a prática jornalística e ações como escolher quais factos são notícia, quais questionamentos são feitos, quais fontes são ouvidas. Essas atividades, que fazem parte da rotina dos media, não são naturais, mas estruturadas socialmente e estruturantes do campo jornalístico como um *habitus* (Bourdieu, 2017) da profissão, ou seja, percebido como um comportamento legítimo. No contexto das drogas, o *habitus* do campo jornalístico beneficia setores como o político e o religioso, uma vez que os profissionais precisam se subordinar às regras do mercado de trabalho jornalístico, determinado pelos empresários (empregadores) do campo, que têm uma relação estrutural com o campo político, também muito afetado, no caso do Brasil, pelo campo religioso. Este tipo de observação se sustenta no argumento de discursos empiristas que tentam naturalizar certas construções da prática jornalística, apagando o facto de que as notícias articulam determinadas ideologias (Reardon, 2017).

Na análise, também identificamos um predomínio das fontes oficiais, especialmente das polícias Civil e Militar e a supremacia dos discursos de poder, que, em alguns casos, também se revelava em discursos de oposição (Marcushi, 1991), quando emergem fontes cujos indivíduos têm algum capital legitimado (Bourdieu, 2017) – como uma especialização certificada ou um cargo ou liderança em organizações não governamentais (ONGs) ou movimentos sociais.

Através da AD, detetamos uma perspectiva reducionista da imprensa, que não questiona a cadeia de eventos no tráfico e consumo de drogas. Isso é preocupante porque o campo jornalístico funciona com um intermediário cultural (Bourdieu, 2018), que filtra informações que irão formar opiniões públicas e moldar práticas culturais. Alsina (2009) define “acontecimento” como dependente do conceito de sentido. Segundo ele, “não existe leitura da realidade que seja descontextualizada e que não esteja objetivada. O sujeito observador é o que lhe oferece sentido ao acontecimento” (p. 113). Alsina (2009) evidencia que a construção da realidade social é feita a partir da relação com o conhecimento. O autor traz a dimensão do silêncio na enfoque relacional entre “enxergar e ocultar” (p. 115) a partir do sistema cultural do observador.

Essa relação entre fala e silêncio (Orlandi, 2007) e de enxergar e ocultar acontecimentos (Alsina, 2009) produz discursos – conceitualmente, a materialização da luta de classes (Orlandi, 2001) e uma manifestação de poder (Foucault, 2014) – que traça o sentido pelas falas, pelos silêncios e pelos silenciamentos nas narrativas. Com isso, quando essas disputas são travadas no campo jornalístico, materializam-se na publicação ou na não publicação de notícias – a depender do interesse de quem vence a disputa de sentidos nas narrativas. Sendo o campo jornalístico o espaço de construção do discurso jornalístico, é importante compreender a construção das notícias (Alsina, 2009) como um processo de disputa pelo discurso, visto que a exposição da narrativa na notícia possui regras e padrões textuais, que podem ser observados em nível estrutural do texto e em nível discursivo. Para isso, julgamos importante observar o campo jornalístico como um intermediário cultural, por ser esse mediador dos enunciados de diversos setores da sociedade (Melo, 2010). Entretanto, apesar de o jornalista, em nível individual, ter a mão que escreve a notícia, a construção desse texto passa, além do nível individual, pelos eixos social e organizacional da empresa de comunicação.

Os jornalistas, então, contribuem para a constituição do campo jornalístico e esse campo age como intermediário cultural, cujas lentes para enxergar o mundo ajudam a formar a visão de mundo do público, que os legitima enquanto indivíduos competentes para elaborar a notícia. São atores que detêm,

por meio do seu capital simbólico, o “poder de consagrar, além de objetos (é o efeito de grife ou de assinatura) ou pessoas (pela publicação, exposição, etc), portanto, de dar valor e obter benefícios dessa operação” (Bourdieu, 2018, p. 20).

Apresentamos uma descrição detalhada do protocolo das análises de conteúdo e de discurso, com identificação das dimensões analíticas e o sentido da codificação efetuada, na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Estruturas das análises de conteúdo e do discurso

CATEGORIA	DEFINIÇÃO E ORIENTAÇÃO ANALÍTICA
Tipo de texto	Identificar o gênero jornalístico (Pena, 2020) para analisar o espaço dado ao tema.
Tipos de fontes	Identificar os tipos de fontes (Lage, 2014).
Fontes	Determinar as fontes citadas para examinar a construção do discurso pela fala e pelo silêncio (Orlandi, 2007)
Fonte das citações diretas	Selecionar as citações diretas para observar os tipos de discurso (Marcuschi, 1991).
Eixo temático	Especificar o tema abordado para verificar a que a pauta sobre drogas é associada (Medeiros et al., 2024).
Crimes citados	Observar crimes citados para, junto ao assunto das notícias, verificar a que a pauta de drogas é associada.
Assinatura do texto	Categorizar as assinaturas dos textos e verificar o potencial de criação de conteúdo das redações.
Valor-notícia	Categorizar os principais critérios de noticiabilidade (Traquina, 2008), para analisar o que os jornais noticiam.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Breve desenho das notícias sobre drogas no Brasil e no mundo

A cobertura jornalística da política de drogas no Brasil é objeto de estudo no campo da comunicação e da sociologia há décadas. Em Melo et al. (2011), observamos a significação de “perigo” ligado ao crack, com a imprensa a reproduzir crenças sem embasamento científico, como as de que o crack vicia no primeiro uso, que os usuários de crack são violentos e a impossibilidade de um uso controlado em contraponto ao uso compulsivo:

Esta representação feita pela mídia brasileira, os símbolos e ícones a ela associados e o efeito de sentido que se prenuncia das significações construídas produz um pânico que é compartilhado pela audiência, que teme ser vítima de uma ação violenta de um usuário de crack ou de ver seu filho se transformar em consumidor. Estes riscos são apresentados como iminentes pela mídia, daí o sentido de medo compartilhado entre os indivíduos. (...) A criminalidade como consequência do uso do crack e toda uma rede de conexões são anunciadas pela imprensa, muitas vezes sem bases científicas, e o resultado é a reação moral de medo e pânico decorrente da visibilidade midiática (Melo et al., 2011, p. 25).

As narrativas jornalísticas sobre as drogas tendem a marginalizar os usuários e a alimentar um pânico moral, recorrendo sobretudo a fontes oficiais (delegados, gerais, polícia) e, em menor grau, a especialistas da saúde (médicos) que enquadram o consumo como doença, recorrendo à ideia de hi-

gienização da cidade (Rocha & Silva, 2016). Durante a ditadura militar brasileira, a Folha de S. Paulo (FSP) enfatizou esta construção simbólica, associando-a ao surgimento de comunidades terapêuticas e ao pânico moral em torno das drogas (Rignoni Filho, 2023). Em Portugal, verifica-se um padrão semelhante: estereótipos e cobertura centrada em ações policiais perpetuam visões simplificadas e sensacionalistas (Barbosa, 2021). Nos EUA, contrasta-se o paradigma proibicionista com a chegada do crack, com respostas médicas ao aumento do consumo de opioides, diferenciando as propostas para o tratamento de populações brancas, em detrimento da punição dada às pessoas negras envolvidas com o crack (de Benedictis-Kessner & Hankison, 2022).

No Brasil contemporâneo, quatro portais (G1.com, R7, Carta Capital e The Intercept Brasil) refletem a tensão entre proibicionismo e antiproibicionismo, legitimando internamentos compulsórios e discursos alarmistas nas alterações à Lei de Drogas de 2006 (Montenegro et al., 2021a, 2021b). Comparativamente, entre 2022-2023, a FSP apresenta abordagem mais abrangente (políticas públicas, uso medicinal, cultura) do que o G1, que privilegia a repressão policial com enfoque proibicionista (Amorim, 2024). No Zero Hora, observa-se a transição de posição estritamente proibicionista (2003–2012) para o antiproibicionismo seletivo (a partir de 2013), equilibrando fontes e assumindo viés mais crítico em 2014 (Ferreira, 2022; Silva & Ferreira, 2023).

Três jornais do Rio Grande do Sul analisados por Reis et al. (2017) identificam, em publicações de 2009, um cenário semelhante ao deste artigo: enquadramento centrado na segurança pública, predominância de fontes oficiais, sobretudo policiais, e ênfase em soluções repressivas. No Correio da Bahia, o imaginário punitivista reforça o controlo intensificado e o pânico moral, influenciado pelo modelo proibicionista estadunidense. O jornal evidencia a medicina e o discurso proibicionista sem dar voz a especialistas não policiais (Oliveira, 2021). Assim, em diferentes contextos, persiste o enquadramento das drogas como ameaça social, com ênfase no discurso de poder e no proibicionismo, enquanto vozes alternativas permanecem silenciadas. Contemporaneamente, ao analisar a imprensa pernambucana, identificamos que essa ameaça social aparece de maneira naturalizada, como se a necessidade de repressão policial fosse uma prática legitimada.

Neste breve percurso histórico, observa-se, predominantemente, um viés proibicionista no qual prevalece as forças de segurança como fonte de informação. O posicionamento editorial dos jornais revela-se determinante no enquadramento das reportagens, e a representação dos usuários de drogas evidencia o papel central dos media na construção da opinião pública.

Os jornais em Pernambuco: uma visão redutora e proibicionista

Diferente das pesquisas anteriormente citadas, que apontavam uma relação entre o medo e as drogas, constatamos, agora, um discurso que mostra a proatividade do poder público. Ao publicar reportagens com discurso proibicionista, a imprensa foca na segurança pública, mas sem a necessidade de justificar ações higienistas, como observado nas investigações anteriores. Aparentemente, a imprensa já trata como um facto dado a relação entre drogas e violência, já não tendo a necessidade de reafirmá-la (Taylor, 2008). Em que pese estudos como o de Ferreira (2022) demonstrarem uma diversidade de fontes no ZH, nos jornais pernambucanos prevalecem as fontes oficiais centradas nas polícias, mantendo o padrão observado na FSP durante a ditadura (Rignoni Filho, 2023), e contemporaneamente no Correio (Oliveira, 2021) e no G1.com (Amorim 2024).

A partir das análises de conteúdo e do discurso das notícias publicadas nos jornais analisados buscamos comparar como essas notícias são e, a partir desse questionamento, desdobrar investigações como os valores-notícia mais utilizados e, principalmente, as fontes mais legitimadas para fazer relatos,

emitir opiniões e exercer influência na imprensa. Analisaremos o discurso do ponto de vista do silêncio (Orlandi, 2007), identificando algumas fontes presentes no campo da política de drogas, mas silenciadas nas narrativas da imprensa.

A primeira questão que vemos aqui são as assinaturas dos textos, algo muito variado entre os três jornais, revelando as estruturas diferenciadas das redações. Os maiores produtores de notícias na FP são agências de notícias, o que pode ser uma justificativa para maior incidência de publicações sobre a Chacina do Jacarezinho⁷, devido à disponibilidade de reportagens a serem publicadas, além, é claro, de uma escolha editorial. No DP, pouco mais da metade das publicações são assinadas pelo próprio jornal, sem identificar os jornalistas, seguidos por agências de notícias. Já no JC, os nomes dos repórteres aparecem mais, sendo 40% produções de profissionais, seguidos de 27% de estagiários do jornal.

Esses dados revelam a disponibilidade de jornalistas na redação do JC, especialmente essa diferenciação entre profissionais e estagiários. Observamos a presença de profissionais licenciados, apesar de existirem estagiários como uma grande força de trabalho nessa redação. No caso do DP, isso não é possível de identificar, uma vez que o jornal assina as notícias e reportagens com o nome da empresa. Na Tabela 2, verificamos as frequências de assinaturas de notícias e reportagens:

Tabela 2. *Frequência das assinaturas das publicações*

Jornal	Assinatura	Frequência das Assinaturas
Folha de Pernambuco	Folha de Pernambuco	45%
	Agência Brasil	24%
	Agence France-Presse	16%
Diario de Pernambuco	Jornal Diário de Pernambuco	56%
	Agência Brasil	26%
	Correio Braziliense	9,75%
Jornal do Commercio	Repórteres profissionais	40%
	Estagiário	27%
	Estadão Conteúdo	18,1%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Seguindo o modelo de Medeiros et al. (2024) para o mapeamento dos principais temas em anúncios sobre agrotóxicos, identificamos que a segurança pública e a justiça são os eixos temáticos mais frequentes na FP relacionados às drogas. O assunto “justiça”, neste jornal, está principalmente ligado ao episódio do Jacarezinho e, no DP, não aparece entre os mais abordados. Já no JC, esse tópico cai para o terceiro lugar. O tema “saúde” é o segundo lugar, porque o veículo investe em um repórter setorista⁸ desse tópico. Entretanto, o tema de saúde tem apenas 13,6% contra os 72,7% da segurança pública. Vale

7. A chacina do Jacarezinho ocorreu no Rio de Janeiro em 6 de maio de 2021, quando uma operação da Polícia Civil levou 29 pessoas à morte.

8. O repórter setorista se dedica a cobrir determinada área. Em Pernambuco, é cada vez mais raro, mas registramos, no contexto da política de drogas, setoristas de saúde e de segurança pública.

destacar que, entre as notícias sobre drogas relacionadas a saúde, apareceram apenas drogas consideradas lícitas como álcool e cigarro. Dessa forma, compreendemos que o JC identifica como tema de segurança pública as drogas ilícitas, mas não o vincula como um tema de saúde.

Outro movimento importante é observar comparativamente o espaço que a segurança pública toma nos três jornais, conforme a Tabela 3. Chega a ser mais equilibrado na cobertura da FP no que diz respeito ao tema “justiça”, provavelmente porque houve uma cobertura nacional intensificada pelo recurso às agências de notícias, abordando as questões judiciais dos desdobramentos da ocorrência no Jacarezinho, no Rio de Janeiro, com grande repercussão no país. Já no DP e no JC, conteúdos de segurança pública são majoritários, o que leva a uma cobertura praticamente monotemática sobre um problema que atravessa várias esferas.

Tabela 3. Assuntos das notícias veiculadas

Jornal	Assunto	Frequência
Folha de Pernambuco	Segurança pública	45,9%
	Justiça	18,9%
	Segurança pública e justiça	16,2%
Diario de Pernambuco	Segurança pública	86,8%
	Saúde	4,2%
	Comportamento	4,2%
Jornal do Commercio	Segurança pública	72,7%
	Saúde	13,6%
	Justiça	4,5%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A análise dos grupos semânticos nos faz observar a predominância de um discurso de protagonismo do poder público no que diz respeito ao tópico drogas e um eixo temático (Medeiros et al., 2024) em que “drogas” liga os grupos semânticos de “poder público” e “violência e criminalidade” (Van Dijk, 1988 conforme citado em Carvalho, 2020), fazendo prevalecer o padrão narrativo conforme a Figura 1:

Figura 1. Modelo discursivo sobre drogas nos media



Esses grupos semânticos são construídos de maneira similar nos três jornais, apesar de as três empresas terem processos construtivos diferenciados (Alsina, 2009), o que faz emergir o protagonismo do eixo social na produção do discurso. Apesar de a Folha de Pernambuco publicar mais notícias nacionais e de agências, o Diario de Pernambuco reproduzir mais *releases* e o Jornal do Commercio ter repórteres

setoristas de segurança pública e de saúde, caracterizando diferenças nas estruturas da redação, os grupos semânticos dos vocábulos evidenciam uma liderança forte do poder público e do tema da violência e da criminalidade no que diz respeito às drogas. Não vemos, entre os principais grupos semânticos, políticas de saúde, assistência social, ações do terceiro setor, investidas de movimentos sociais.

Também é importante destacar o significado dado a “drogas” no contexto do discurso da imprensa, já que as substâncias destacadas são, sobretudo, ilícitas. O facto de a cobertura estar fortemente associada à segurança pública contribui para esse cenário, uma vez que não aborda diretamente o uso de drogas, mas sim os crimes relacionados, especialmente o tráfico de entorpecentes. As drogas lícitas, como o álcool e o cigarro, aparecem predominantemente em notícias sobre saúde e, ao se distanciarem das discussões sobre segurança pública, enfatizam os impactos na saúde humana.

A palavra droga admite muitos significados. Do ponto de vista farmacológico, ela pode ser definida como “qualquer substância que pode afetar o funcionamento de um organismo”. É por isso que chamamos farmácias de drogarias e, por sua vez, poderíamos chamar qualquer remédio ou mesmo chás e até o açúcar de droga. Mas é mais comum chamarmos essas substâncias de medicamentos, bebida e alimento, respectivamente. No dia a dia, reservamos a palavra droga para aquelas substâncias que atuam no cérebro e afetam nossa percepção ou nosso comportamento. Ou seja, informalmente usamos a palavra droga como sinônimo de uma classe mais específica de drogas psicotrópicas ou psicoativas. É assim que a imprensa usa essa palavra. (Araújo, 2017, p. 21)

Respondendo ao questionamento de *como as notícias sobre drogas são?*, consideramos que são construídas, principalmente, com informações de assessorias de imprensa dos governos, especialmente das polícias, que têm realizado grandes investimentos em material e funcionários. Portanto, prevalece o discurso policial, não necessariamente o farmacológico. E, na grande maioria dos casos recolhidos no período investigado, as “drogas” são sinônimo de substâncias ilícitas e manejadas, em sua maioria, pelas camadas populares. Ao abordar o tema apenas sob a perspectiva da segurança pública, reforça-se o discurso proibicionista que marginaliza as classes populares por meio da guerra às drogas e do encarceramento, além de omitir informações sobre o consumo.

Identificamos, assim, fontes que são silenciadas, representadas, principalmente, pelos discursos populares. Ainda que algumas vozes sejam de oposição ao discurso oficial, são consideradas como discursos de poder (Marcushi, 1990), uma vez que trazem certas legitimações, como o capital cultural certificado, o título de especialista etc. (Bourdieu, & Passeron, 1992; Bourdieu, 2017). No caso das vozes populares, são deslegitimadas por não ocuparem uma posição elevada na estrutura social, não atuarem nos órgãos de gestão da segurança e de não serem pessoas especialistas na matéria, a exemplo de usuários de drogas, de mães de presos por drogas ou de vítimas mortas por consumo de entorpecentes.

Em consequência disso, existem os temas silenciados (Alsina, 2009; Orlandi, 2007). Apesar de haver pessoas legitimadas a falar sobre antiproibicionismo, uso medicinal de maconha, as problemáticas de violência atreladas à guerra às drogas, experiências de políticas de RD em outros países ou encarceramento em massa, esses temas têm mais dificuldade para chegar às páginas dos jornais, uma vez que não integram o discurso oficial que imobiliza a associação entre drogas e violência (Taylor, 2008).

Em síntese, é o discurso oficial que impera nos jornais pernambucanos. Essa repetição e legitimação dos discursos oficiais leva a uma grande semelhança entre as coberturas dos eventos que são noticiados e na estrutura discursiva dos textos jornalísticos. Resta-nos uma hipótese para explicar a semelhança: as fontes oficiais, ao representarem o Estado aliado à classe dominante, têm maior legitimidade na imprensa, enquanto o discurso sobre drogas privilegia essa classe e impõe violência simbólica às classes dominadas.

Como, no Brasil, a política da guerra às drogas atinge mais frequentemente pessoas de classes populares, representadas por trabalhadores, pessoas negras e residentes das periferias, evidencia-se a luta de classes. O modelo da Figura 1 revela um discurso de poder que legitima as ações estatais contra a violência e a criminalidade. Dessa maneira, podemos afirmar que um discurso que justifica a guerra às drogas é também um discurso que justifica suas consequências de massacre e encarceramento em massa de um segmento da população – pessoas negras, periféricas e pobres.

Na tabela 4, evidenciamos os principais grupos semânticos dos vocábulos das publicações. Os grupos categorizados como “poder público” e o de “violência e criminalidade” são dominantes, reafirmando o esquema da Figura 1, que entrelaça o poder público como força combatente dos males da violência e da criminalidade.

Tabela 4. *Grupos semânticos dos principais vocábulos*

Jornal	Grupo Semântico	Ocorrências de Vocábulos
Folha de Pernambuco	Poder público	770
	Violência e criminalidade	464
	Localização	266
Diário de Pernambuco	Poder público	398
	Violência e criminalidade	372
	Pessoas anônimas	55
Jornal do Commercio	Poder público	267
	Violência e criminalidade	256
	Pessoas anônimas	63

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na continuação desse argumento, apresentamos, na Tabela 5 adiante, os crimes citados nas publicações. Para além de “tráfico de drogas”, a categoria “assassinato/homicídio/latrocínio” representou a maioria dos casos em todos os jornais analisados. Com exceção de “Plantio de Maconha” e de “Estelionato ou falsidade ideológica”, ambos em terceiro lugar entre os mais mencionados no DP e no JC, respectivamente, todos os outros crimes citados em publicações que envolviam o assunto de entorpecentes foram crimes violentos.

Esse cenário fortalece, mais uma vez, o discurso de justificativa da Figura 1, dado que liga o tráfico de drogas às práticas de violência, o que coloca em risco a própria vida das pessoas. Sendo a violência um critério relevante de noticiabilidade (Traquina, 2008), é natural que o campo jornalístico, que opera como mediador entre os diversos setores da sociedade (Melo, 2010), construa narrativas regulares sobre factos relacionados à questão. Se há ocorrências de violência, os media denunciam para cobrar respostas do poder público e proteger os cidadãos.

Essa prática jornalística, entretanto, precisa ser desnaturalizada, já que podem ocorrer diversos episódios envolvendo “drogas” que não são noticiados porque não há violência associada. Dessa maneira, a representação massiva dos entorpecentes é feita vinculada a crimes violentos, levando à ideia de que este mercado – tanto o consumo quanto a venda – está ligado à violência na maioria ou em todos

os casos. Porém, o uso de drogas lícitas ou ilícitas faz parte do cotidiano das pessoas, seja no consumo do álcool, da maconha, entre outras. Pelo facto de a violência ser um valor-notícia (Traquina, 2008), a representação das drogas é feita para apresentá-la como o fator gerador da violência.

Tabela 5. *Crimes mencionados além do tráfico de drogas e semelhantes*

Jornal	Crime Mencionado	Quantidade de Publicações onde é citado
Folha de Pernambuco	Assassinato/homicídio/homicídio triplamente qualificado	9
	Aliciamento de adolescentes/de menores/de crianças	9
	Execução	7
Diario de Pernambuco	Homicídio/homicídio culposo/latrocínio	6
	Porte ilegal de armas	6
	Plantio de maconha	5
Jornal do Commercio	Assassinato/assassinato em massa/homicídio/latrocínio	15
	Aliciamento de crianças ou menores	4
	Terrorismo/atentados	2
	Estelionato/Falsidade ideológica	2

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ainda acerca das fontes (Marcuschi, 1991; Melo, 2003; Lage, 2014) ouvidas nas reportagens – considerando as que são identificadas, posto que nem todas as fontes são citadas nominalmente no texto – destaca-se a precariedade da cobertura do Diario de Pernambuco. Conforme exposto na Tabela 6, a seguir, o segmento de “órgãos de polícia” representa a maioria (69,3%) das fontes identificadas, seguidos de autoridades e outros órgãos públicos. Na comparação da Folha de Pernambuco com o DP, observamos que ambos trazem fontes oficiais entre as mais ouvidas, entretanto, a FP diversifica as fontes oficiais, principalmente, entre os órgãos de justiça e de polícia (mais uma vez, provavelmente afetado pela cobertura do Jacarezinho feita com agência de notícias).

No caso do Jornal do Commercio, percebemos o recurso às fontes independentes, representadas pelos ativistas, em virtude de esse veículo contar com um repórter setorista de segurança pública. Assim, identificamos o capital social (Bourdieu, 2017) do jornalista – demonstrado pela diversidade de fontes jornalísticas em suas reportagens, o que sinaliza a sua rede de relacionamentos, com vários atores do campo da segurança pública. Com reportagens mais elaboradas e apuradas, a legitimação do repórter do JC no campo decorre, por exemplo, de publicações veiculadas na capa do jornal (manchetes) ou por meio de premiações profissionais. Ao se relacionar com o campo da política de drogas, o jornalista diversifica as fontes de informações, ainda que apure os factos sem sair da redação.

Tabela 6. *Frequência das fontes ouvidas*

Jornal	Tipo de fonte	Frequência
Folha de Pernambuco	Órgãos de justiça	26,3%
	Órgãos de polícia	14,4%
	Autoridades	8,7%
Diario de Pernambuco	Órgãos de polícia	69,3%
	Autoridades	18,3%
	Outros órgãos públicos	6,1%
Jornal do Commercio	Órgãos de polícia	35%
	Ativistas	15%
	Imprensa ⁹	13,3%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A incidência do recurso às citações indiretas nas narrativas reflete a escuta das fontes. Selecionamos os discursos de poder – divididos entre oficial, para-oficial e de oposição – e os discursos populares (Marcushi, 1991). Inicialmente, é importante identificar a quantidade de citações diretas nos textos do *corpus*. Apesar de, no que diz respeito à quantidade de publicações, o maior volume de notícias ou reportagens ser o da FP, seguido pelo DP e depois o JC, o Diario de Pernambuco concentra menos citações diretas, o que sinaliza uma reduzida prática de entrevistas e uma elevada reprodução de informações de assessorias de imprensa – seja com a voz direta ou indireta de assessores das polícias, o que se demonstra, por exemplo, com locuções como “de acordo com”, “segundo” ou “conforme”, seguidas da reprodução de informações de *release*.

Esses dois casos têm diferenças importantes no que respeita à origem da informação, porque se o jornal procura a assessoria de imprensa, a fonte inicial pode ser um cidadão comum ou o próprio testemunho do repórter no local da ocorrência do facto que levou à provocação do poder público. Entretanto, se há reprodução de *release*, a fonte original é o próprio poder público que tem interesse em veicular as informações.

Nos três casos, o discurso oficial prevalece, reafirmando a escolha das fontes vistas na Tabela 6. No DP, conforme a Tabela 7, a seguir, não aparecem discursos para-oficiais em citações diretas, e no Jornal do Commercio, a recorrência a discursos populares é baixa. Isso sugere que o repórter não apura informações diretamente nos locais de ocorrência, pois indivíduos comuns, que se enquadrariam nos discursos populares, têm menos acesso à imprensa do que aqueles com posição de autoridade, que dominam os discursos de poder.

9. Categorizamos como “imprensa” a citação ou referência feita por um jornal a informações de outros veículos de comunicação.

Tabela 7. *Frequência das fontes e incidência de citações diretas*

Jornal	Total de Citações Diretas	Tipo de Discurso	Ocorrências
Folha de Pernambuco	112	Discurso de poder – oficial	80
		Discurso de poder – para-oficial	11
		Discurso de poder – de oposição	36
		Discurso popular	21
Diário de Pernambuco	37	Discurso de poder – oficial	25
		Discurso de poder – para-oficial	0
		Discurso de poder – de oposição	7
		Discurso popular	5
Jornal do Commercio	57	Discurso de poder – oficial	35
		Discurso de poder – para-oficial	4
		Discurso de poder – de oposição	13
		Discurso popular	5

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Acreditamos que, em um contexto de maior autonomia editorial, seria possível ampliar o leque de fontes das redações. Essa ampliação permitiria a incorporação de vozes diversas, o que contribuiria para uma compreensão mais crítica da centralidade atribuída às fontes oficiais. Em Andrade (2024), observamos que essas fontes tendem a ser tratadas como detentoras da verdade, muitas vezes por figurarem como predominantes na cobertura jornalística. À medida que outras vozes são incluídas, é possível que também passem a ser legitimadas, enriquecendo o debate público e desafiando o monopólio discursivo das narrativas institucionais.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser constatado na reportagem intitulada “São Vicente Férrer vê ‘banho de sangue’ com guerra entre grupos criminosos de Pernambuco e da Paraíba” (JC, 17/04/2021). Apesar de apurar os factos e entrevistar representantes do Governo de Pernambuco, o repórter limita-se a ouvir fontes consideradas de poder (Marcuschi, 1991): autoridades oficiais e um especialista independente. A matéria aborda o aumento de homicídios no interior pernambucano e relaciona a violência ao tráfico de drogas, mencionando o medo e a vulnerabilidade local da população. No entanto, não inclui o testemunho direto dos moradores da cidade e os cidadãos são retratados como objeto da notícia, e não como sujeitos de sua própria experiência. Ao ignorar essas vozes, o jornal também deixa de recorrer à principal fonte: as pessoas que vivenciam os factos.

Por fim, comparamos os critérios de noticiabilidade (Traquina, 2008) identificados nas publicações, lembrando que um facto pode ter vários critérios de noticiabilidade. Dessa forma, destacamos, na Tabela 8, critérios de construção representados por disponibilidade e visualidade. Os critérios de construção não constituem, necessariamente, valores que tornam um episódio imprescindível ou interessante de ser noticiado; referem-se, ao contrário, às possibilidades de aquele facto ser noticiado. Com isso, des-

tacamos como “disponibilidade” as publicações que têm fontes acessíveis, com publicações de *press releases* de algum órgão ou instituição, ou disponibilização de porta-vozes. No eixo de “visualidade” marcamos quando há fotografias disponíveis.

Tabela 8. Valores-notícia identificados

Jornal	Valor-notícia	Ocorrências
Folha de Pernambuco	Disponibilidade	35
	Visualidade	32
	Relevância	21
	Novidade	21
Diario de Pernambuco	Disponibilidade	39
	Visualidade	39
	Infração	26
Jornal do Commercio	Disponibilidade	16
	Relevância	15
	Visualidade	13

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ter critérios de noticiabilidade de construção como os mais utilizados no jornalismo pernambucano demonstra uma precariedade do fazer jornalístico. Os três jornais falharam no que diz respeito a recursos e liberdade para construir notícias que confrontam o poder público. Os motivos não serão analisados neste artigo, mas podem variar, existindo desde a falta de equipa e estrutura para uma apuração que utilize mais fontes do que as assessorias de imprensa; ou a liberdade de criticar o poder público, que está entre os maiores anunciantes dos três jornais. No DP, um dos critérios de construção identificados é o de infração, que mostra a proatividade do governo em “combater infrações”, uma vez que as principais fontes e discursos são oficiais.

A relevância, assim como o critério de infração, é classificada como um critério substantivo de seleção, ou seja, um critério que diz respeito ao facto em si, não às condições de produção do jornal. A relevância traz a noção de interesse público de aquela informação ser noticiada e, apesar de ser subjetivo tanto para o jornalista que decide quanto para realizar a análise, observa-se o critério de seleção de notícias em relação ao próprio episódio e não em relação ao jornal. Entretanto, decidir o que é ou não relevante e decidir de forma coesa com o campo, demonstra que a escolha do que é ou não notícia é um processo social, compartilhado entre os diversos atores do campo jornalístico, uma vez que as mesmas notícias se repetem em diversos jornais.

Considerações finais

O campo jornalístico, como instância legítima de discursos, consagra temas diversos por meio das notícias, incluindo drogas. Nele, predomina a disputa entre proibicionismo e antiproibicionismo, travada nos campos religioso e político, como entre secretarias governamentais (saúde, segurança pública, assistência social) de Pernambuco. Na disputa discursiva, a “guerra às drogas” como política de segurança pública prevalece, assim como a defesa de tratamentos baseados na abstinência às drogas,

num confronto entre conservadorismo e não conservadorismo, proibir ou não proibir. Porém, existem posições divergentes que são silenciadas, por exemplo, a de que a guerra às drogas pode ser a causa de mais mortes da população negra periférica ou que a principal abordagem de assistência social e de saúde deve ser a redução de danos.

Embora os três jornais analisados tenham peculiaridades estruturais, constatou-se uma cobertura pautada no discurso quase inteiramente policial. Em que pese não tenhamos desenvolvido uma abordagem transideológica e multimídia, como recomenda Reynolds (2018), este estudo evidencia o papel dos media na construção social do sentido das drogas, favorecendo o proibicionismo e desvalorizando a abordagem relacionada à RD.

Os principais dados da AC indicam que a abordagem sobre drogas da FP focou na segurança pública, seguido de justiça. Porém, a Folha foi a que mais retratou o tema pela perspectiva de saúde. No DP, o tema de segurança pública teve a maior porcentagem, seguido de saúde, comportamento e justiça. No JC, o tema de segurança pública foi seguido por saúde e justiça. As fontes ouvidas são consistentemente oficiais ou legitimadas (por possuir um título acadêmico ou representação social que o qualifique como especialista). É o mesmo que demonstra estudos anteriores como o de Ferreira (2022), cujas fontes são em sua maioria acadêmicas e políticas.

Esse cenário é favorável ao surgimento de uma violência simbólica ao silenciar vozes de encarcerados, família de vítimas, usuários de drogas e profissionais como das áreas de saúde e de assistência social. Contrariamente ao que ocorre com o ZH a partir de 2013 (Ferreira, 2022) e com a FSP contemporaneamente, os jornais pernambucanos mantêm o discurso proibicionista, tal como observado em outros media brasileiros (Reis et al., 2017; Montenegro et al., 2021a, 2021b; Oliveira, 2021).

À pergunta *como as notícias são?*, respondemos que, nos jornais analisados, são alinhadas à gestão pública e à cultura dominante, naturalizando a política proibicionista como única alternativa e promovendo o silenciamento de vozes dissonantes. Essa violência simbólica é legitimada pela atividade-fim do campo jornalístico, ao produzir notícias sem diversificar as abordagens. Assim, as notícias revelam o que Bourdieu chamou de arbitrário cultural, quando a cultura de um grupo dominante se manifesta como a cultura universal (Bourdieu & Passeron, 1992). Ao legitimar o proibicionismo, o jornalismo pernambucano silencia usuários, vítimas e especialistas com perspectivas alternativas. Tudo isso caracteriza o arbitrário cultural (Bourdieu & Passeron, 1992).

A cultura jornalística está imbuída de critérios de noticiabilidade ou valores-notícias. Os valores-notícia de construção (em outros termos, os critérios que dizem respeito à facilidade de fazer o conteúdo da reportagem) foram os mais presentes. No que respeita aos critérios de seleção substantivos (quanto aos próprios factos), a FP privilegia os de relevância e de proximidade, seguidos dos de infração e morte. No DP, a infração liderou, seguido de relevância e proximidade. Já no JC, os critérios mais utilizados foram relevância, morte e infração.

É importante desnaturalizar o alto número de publicações que utilizam o critério de infração. Para ser infração, é necessário que os campos político e jurídico regulamentem a transgressão. Teoricamente, o papel do campo jornalístico não é corroborar o que os demais dizem, mas de questionar o fundamento das decisões tomadas. Essa desnaturalização é necessária para compreender a legitimação das fontes oficiais e a significação de verdade que essas fontes têm diante dos media. No caso do critério de relevância, é preciso refletir sobre a definição do que deve ser alçado à notícia, é preciso observar se essa reflexão é feita segundo as subjetividades dos jornalistas e dos interesses empresariais das redações.

Assim, é pertinente considerar os resultados desse trabalho para respondermos *por que as notícias sobre drogas são como são?* Essa indagação possibilita estudar os media e compreender as disputas discursivas na sociedade. Como nos alerta Bezerra (2020), é imperativo questionar os modos pelos quais a esfera mediática pode afetar convicções, oferecendo-nos, assim, ideias sobre a realidade. Ademais,

concordamos com Reynolds (2018) sobre a necessidade de estender estudos como esse a contextos ideologicamente diversos, confrontando as narrativas dos veículos tradicionais, aqui investigados, com as abordagens nas redes sociais e nos media alternativos.

Sinalizamos, ainda, que a jurisprudência de 2025 do STF quanto à quantidade de maconha deve ser considerada para medir, em futuras investigações, se houve efeito no discurso mediático acerca da atuação subjetiva dos agentes de justiça a partir da nova interpretação da lei, em particular ao considerar a arbitrariedade em decidir se há indícios de intenção de tráfico. Este estudo posterior ajudará a compreender até que ponto o jornalismo segue a reproduzir a lei sem questionamentos, como concluímos aqui, ou se a abordagem feita estará mais ligada à visão proibicionista e, portanto, mais conservadora.

Referências

- Alsina, M.R. (2009). *A construção da notícia*. Vozes.
- Amorim, B. L. de. (2024). *O papel dos media na construção da representação social do uso e tráfico de drogas* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Andrade, N. Q. (2024). Domínio da narrativa: O campo jornalístico e a cobertura sobre drogas [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Araújo, T. (2017). *Guia sobre drogas para jornalistas*. <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Guia-sobre-Drogas-para-Jornalistas-PBPD.pdf>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barbosa, P. H. F. de G. (2021). “*Quem conta um conto acrescenta um ponto*”: *As drogas como notícia em Portugal* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes.
- Bezerra, F.A. (2020). Multimodal critical discourse analysis of the cinematic representation of women as social actors. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 20(4), e0200403. <https://doi.org/10.1590/1678-460X2020360403>
- Bourdieu, P. (2013). Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos CEBRAP*. <https://www.scielo.br/j/nec/a/B4QLbKSYLfXdCtHFWDnVxfM/?lang=pt>
- Bourdieu, P. (2017). *A distinção: crítica social do julgamento*. Zouk.
- Bourdieu, P. (2018). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Zouk.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.C. (1992). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Campos, M.S. (2021). O Brasil e a pior política de drogas do mundo. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/o-brasil-e-a-pior-politica-de-drogas-do-mundo/>
- Carvalho, A. (2000). Opções metodológicas em análise do discurso – Instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade*, 2, 143–156. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1390](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1390)
- de Benedictis-Kessner, J., & Hankinson, M. (2024). How the identity of substance users shapes public opinion on opioid policy. *Political Behavior*, 46(2), 609–629. <https://doi.org/10.1007/s11109-022-09845-8>

- Ferreira, C.N. (2022). *A construção relacional dos discursos antiproibicionistas e proibicionistas sobre a política de drogas: Uma análise nas folhas do Jornal Zero Hora, de 2003 a 2016* [Monografia de graduação, Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola.
- Harm Reduction Consortium. (2021, novembro). *The Global Drug Policy Index*. <https://www.drugsandalcohol.ie/35122/1/GDPI-Analytical-Full-Report-Pages-EN.pdf>
- JC Online. (2021, 17 de abril). *Força-tarefa investiga assassinatos em São Vicente Férrer, Agreste de Pernambuco*. <https://jc.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/04/12114140-forca-tarefa-investiga-assassinatos-em-sao-vice-ferrer-agreste-de-pernambuco.html>
- Lage, N. (2014). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Record.
- Marcuschi, L.A. (1991). A ação dos verbos introdutórios de opinião. *Revista Intercom*, 14(64), 74-92.
- Medeiros, P., Salles, D., Magalhães, T., Melo, B., & Santini, R.M. (2024). Greenwashing and disinformation: The toxic advertising of Brazilian agribusiness on social media. *Comunicação e Sociedade*, 45, e024008. [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).5417](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).5417)
- Melo, P.B. (2003). *Sujeitos sem Voz: Agenda e Discurso sobre o Índio na Mídia em Pernambuco*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3295/1/arquivo4567_1.pdf
- Melo, P.B. (2010). *Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo*. EDUFPE.
- Melo, P. B., Miranda, E. B., & Benzaquen, G. F. (2011). Pânico e controvérsias: história, consumo controlado e tratamento do crack. Em *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia (Vol. 1)*. UFPR.
- Montenegro, Y.F.L., Brilhante, A.V.M., & Brasil, C.C.P. (2021a). Análise dos discursos jornalísticos sobre a Lei nº 13.840 e as mudanças nas políticas sobre drogas. *New Trends in Qualitative Research*, 8, 53–60. <https://doi.org/10.36367/ntqr.8.2021.53-60>
- Montenegro, Y.F.L., Brilhante, A.V.M., & Munguba, M.C. (2021b). Paradoxo nas políticas sobre drogas: embates discursivos sobre a Lei 13.840/2019 em portais de notícia. *Saúde e Sociedade*, 30(4), e210064. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210064>
- Oliveira, F.B.F. (2021). *Entre margens e entrelinhas: Uma análise do discurso midiático sobre a criminalização do tráfico de drogas em Salvador-BA e região metropolitana* [Monografia de graduação, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia].
- Orlandi, E. (2001). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes.
- Orlandi, E. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora Unicamp.
- Pena, F. (2020). *Teoria do jornalismo*. Contexto.
- Reardon, S. (2017). Natural selection: Empiricist discourse in the talk of broadcast journalists. *Discourse & Communication*, 12(1), 80-98. <https://doi.org/10.1177/1750481317735711>
- Reis, C. dos, Ecker, D.D.I., Pasini, V.L., & Torres, S. (2017). Como criar o caos social: mídia e políticas sobre drogas. *Percursos Acadêmicos*, 7(14), 351–377. <https://doi.org/10.5752/P.2236-0603.2017v7n14p351-377>
- Reynolds, C. (2018). Building Theory From Media Ideology: Coding for Power in Journalistic Discourse. *Journal of Communication Inquiry*, 43(1), 47-69. <https://doi.org/10.1177/0196859918774797>
- Rigoni Filho, J.C. (2023). Os enquadramentos do usuário de drogas na Folha de S. Paulo ao longo da Ditadura Militar. *Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 12(1), 90–105. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v12.n1.2023.526>
- Rocha, M., & Silva, J. (2016). Pânico social e animalização do usuário: o crack na *Folha de S. Paulo*. In J. Souza (Org.), *Crack e exclusão social* (pp. 251-286). Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional sobre Drogas.

- Silva, M.K., & Ferreira, C.N. (2023). Transformações no debate público sobre a política de drogas (2003–2016): Uma análise a partir das publicações do jornal Zero Hora. *Opinião Pública*, 29(2), 363–395. <https://doi.org/10.1590/1807-01912023292363>
- Sousa, J.P. (2005). Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 73-92.
- Taylor, S. (2008). Outside the outsiders: Media representations of drug use. *Probation Journal*, 55(4), 369-387. <https://doi.org/10.1177/0264550508096493>
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. (2025). *Tema 506 do STF - Porte de droga para consumo pessoal – cannabis sativa – atipicidade*. <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/precedentes-qualificados-na-visao-do-tjdft/direito-penal/porte-de-droga-para-consumo-pessoal/tema-506-do-stf-tipicidade-do-porte-de-droga-para-consumo-pessoal>
- Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.
- UNODC. (2024). *Online World Drug Report 2024*. <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2024-drug-market-trends.html>
- West, R. (2016). *Políticas de drogas e redução de danos: um estudo sobre o Programa Atitude em Pernambuco* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/28179/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Rafael%20Silva%20West.pdf>